

A ANÁLISE DE NECESSIDADES E O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES

MANUELA ESTEVES *

A decisão de criar um sistema nacional de formação contínua, tomada já no corrente ano lectivo, e os primeiros passos dados para a sua concretização têm estado a ser reveladores da complexidade deste campo de intervenção educativa.

Durante os últimos dez ou quinze anos pareceu que um número crescente de professores e de educadores de infância foi tomando consciência da importância da formação contínua e reclamando conseqüentemente a respectiva institucionalização: serão indícios disso mesmo, o crescimento da procura de oportunidades de formação (quando existiam), a par da reclamação da sua consagração na Lei de Bases do Sistema Educativo, veiculada, designadamente pelas organizações sindicais representativas dos professores.

Entretanto, desde o estipulado na Lei de Bases até ao presente ocorreu uma mudança significativa na concepção geral da formação contínua de que os professores só hoje se darão plenamente conta e que julgo que merece atenção. É que, enquanto a Lei de Bases entendia a formação contínua apenas como um direito dos professores, legislação posterior veio paulatina e explicitamente a consagrar o princípio de que a formação contínua é, ao mesmo tempo, um direito e um dever profissional. São exemplos disso mesmo, o Ordenamento Jurídico da Formação de Professores (1989), o Estatuto da Carreira Docente (1990) e o Regime Jurídico da Formação Contínua (1992).

Independentemente do juízo de valor que cada um nós poderá fazer sobre a bondade do princípio da formação contínua como dever profissional,

* Docente na F.P.C.E - UL

o que todos poderemos reconhecer é que a assumpção desse princípio veio tornar ainda mais complexo o campo das necessidades de formação e a respectiva análise.

Com efeito, estaremos hoje perante grupos bem diferenciados de professores (cuja extensão relativa ninguém conhece) que procuram a formação contínua movidos por impulsos dominantes de ordens radicalmente diferentes.

Neste plano de ideias, e em traços gerais e, por isso, necessariamente simplificadores, admitimos que, ao lado de um conjunto de professores que a partir das suas vivências e convicções pessoais e profissionais, desejava ter direito à formação contínua, se perfila hoje um outro conjunto, constituído pelos que expressa ou veladamente, nunca perfilharam aquela tese, que sentem o dever de formação como uma incomodidade, mas que se vêm compelidos a aderir a esta porque e não o fazer implicaria prescindir da progressão na carreira. Serão aqueles de quem vulgarmente se diz que da formação apenas estão interessados num aspecto que lhes é relativamente externo - "os créditos que dá" - ou seja, que procuram a formação entendendo-a como uma posição externa e, por que não dizê-lo, como um aspecto de cumprimento estritamente burocrático.

Admitindo que o estado de "motivação burocrático" a manter-se, é impeditivo de que ocorra seja que formação for (na presunção de que ninguém pode formar-se ou ser formado contra a sua própria vontade) está colocado um desafio de tomo à formação contínua como sistema, às instituições de formação, aos formadores e aos professores enquanto grupo profissional, qual seja o de levar estes professores a reconhecerem e/ou desenvolverem motivações intrínsecas para se formarem, numa situação de partida que é inegavelmente difícil mas que está longe de ser única e desconhecida em outros domínios da educação, do ensino e da formação.

Temos hoje, portanto, uma situação no domínio das necessidades de formação em que é claro o confronto entre entendimentos bem diversos do que sejam essas necessidades, variando tais entendimentos consoante as concepções pessoais e profissionais que cada um perfilha acerca da formação de professores, acerca das relações desta com a educação das crianças e dos jovens que a escola promove ou deveria promover, acerca da necessidade ou não de uma maior especialização para o desempenho dos papéis e das

funções docentes, mas também consoante o lugar institucional que cada um ocupa na estrutura do sistema educativo.

Assim se compreende, por exemplo, que o Ministério da Educação, na sua qualidade de intérprete institucional das necessidades globais de desenvolvimento do sistema educativo, tenha formulado um conjunto de áreas prioritárias para a formação contínua dos professores que aparecem estabelecidas no regulamento do programa FOCO, como se compreende também que outras instituições intervenientes no processo cuidem de definir, em âmbitos de intervenção mais restritos no espaço, as necessidades de formação contínua dos professores a quem lhes compete proporcionar essa mesma formação.

Alguns centros de formação de associações de escolas que celebraram protocolos de cooperação com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação de Lisboa, propuseram como um dos objectivos dessa cooperação, o levantamento e análise das necessidades de formação contínua dos professores abrangidos pela respectiva associação. Temos, assim, três projectos desta natureza em curso. Embora os trabalhos ainda não estejam em nenhum dos casos concluídos, o facto de neles participar suscita-me algumas reflexões que me proponho expor muito brevemente.

Assim, julgo que merecem alguma divulgação e ponderação os seguintes aspectos:

1º - Desde logo o facto de haver centros de formação de associações de escolas que, contrariando em parte a lógica dominante do lançamento expedito de acções de formação (induzida nomeadamente pela urgência que as entidades oficiais puseram no consumo, até Dezembro próximo, dos milhões de contos do FOCO e do FORGEST) pensaram ser útil este levantamento tão criterioso quanto possível (dadas as condições de tempo, meios disponíveis, número avultado de pessoas a abranger, etc.) das necessidades de formação tal como os próprios professores as percebem.

2º - A assumpção, pelas equipas de trabalho dos três projectos, da ideia de que as necessidades de formação, não são, em toda a sua extensão, dados facilmente conhecíveis pelos próprios professores nem isoláveis dos contextos em que emergem e que lhes dão significado - a este propósito, tão importante como levar os professores a exprimirem as suas necessidades de

formação é o reconhecer os quadros mais gerais, pessoais e/ou profissionais, a que essas necessidades se reportam e onde ganham sentido.

3º - A aceitação, decorrente do afirmado em 2., de que poderemos vir a identificar dentro das populações em estudo necessidades de formação contextualizadas de modos tão diversos como:

- necessidades referidas à supressão de lacunas da formação inicial;
- necessidades referidas à vontade mais ou menos bem explicitada de desenvolvimento pessoal e/ou profissional;
- necessidades referidas ao contexto escolar onde a actividade de cada um se inscreve - a sala de aula, a escola, os projectos interdisciplinares ou outros, etc.;
- necessidades referidas à reforma educativa e aos diferentes ou novos papéis e funções que ela vem cometer aos professores e às escolas, seja no domínio do ensino-aprendizagem, seja nos domínios da administração e gestão, seja ainda no domínio da concretização, a mais ou menos longo prazo, da autonomia cultural, pedagógica e administrativa já estabelecidas no plano das intenções e princípios;
- necessidades referidas às exigências de progressão na carreira, onde se incluem actualmente a formação, mas igualmente, a avaliação da qualidade do desempenho, as capacidades para investigar e para inovar no contexto escolar.

4º - Em termos das estruturas e dos meios criados para desenvolver estes projectos, importa dizer que eles estão a ser concretizados por equipas mistas, integradas por docentes da Faculdade e por professores das escolas (em regra, dois por cada escola) integradas em cada associação. Tem-se feito o esforço possível para que o trabalho em curso tenha um valor formativo para estes professores, familiarizando-os com metodologias e técnicas de investigação, levando-os a reflectir sobre a formação contínua como sistema, as suas finalidades e objectivos e a problematizar o conceito de necessidade de formação.

5º - Para os elementos da Faculdade directamente envolvidos, estes projectos constituem fontes importantes de aprendizagem em diversos as-

pectos e, nomeadamente, naquele que é talvez o mais complexo, qual seja o de compatibilizar duas finalidades tão distintas quanto:

a) produzir um trabalho de levantamento e análise de necessidades encomendado por um centro de formação, com tudo o que a noção de encomenda implica;

b) contribuir, simultaneamente, para a formação dos professores envolvidos no projecto, pelas formas gerais já acima mencionadas.

As análises de necessidades de formação contínua a que nos temos vindo a referir, entendendo-as nós como passos prévios importantes do delineamento de futuros programas de formação, e como processos dotados de potencialidades formativas para aqueles que participam na sua realização, não esgotam nem resolvem todos os problemas com que os promotores de formação e os formadores se defrontam. Basta referir a este propósito e a título meramente exemplificativo, as seguintes situações:

1 - O modo de determinação das necessidades que estamos a seguir - as expectativas e os interesses individuais dos professores - não significa que excluamos a possibilidade e a utilidade de outros ângulos de análise quer seja o dos interesses do sistema quer seja o dos interesses da escola como instituição dotada de um projecto educativo próprio;

2 - As necessidades de formação uma vez identificadas não fornecem automaticamente nem os objectivos nem muito menos os modelos segundo os quais a futura formação deve ser orientada, devendo neste ponto ter-se a modéstia de admitir que se sabe ainda muito pouco acerca do modo como os adultos aprendem ou se formam.

O conhecimento das necessidades de formação dos professores, por algum ou por vários dos modos possíveis para o fazer, impõe-se como questão incontornável para o desenvolvimento presente e futuro da formação contínua; o objectivo, que também temos, de dotar os centros de formação como quem cooperamos de professores com competências para realizarem autonomamente este tipo de intervenção no futuro, é condição de autonomização da intervenção dos próprios centros que não desejamos ver dependentes das instituições do ensino superior em mais acções que as estritamente necessárias.

como colaborar com **LER EDUCAÇÃO**

LER EDUCAÇÃO está aberta a todos os que nela queiram participar, bastando para o efeito enviarem-nos artigos, críticas ou opiniões relacionadas com educação ou sobre temas que de alguma forma ajudem a divulgar a cultura do Baixo Alentejo.

Os originais deverão ser dactilografados em folhas A4, a dois espaços, e sempre que contenham gravuras, esquemas ou outros elementos gráficos, estes deverão ser de boa qualidade, e acompanhados das respectivas legendas e indicações referentes à sua inserção no texto.

A direcção desta revista reserva-se o direito de selecção dos artigos a publicar.

Toda a correspondência deverá ser enviada à direcção da revista **LER EDUCAÇÃO**.